

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de **abril**. -----

Aos **trinta dias** do mês de **abril de dois mil e dezoito**, (segunda-feira), pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, no Salão Nobre da Câmara Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um- **Período Antes da Ordem do Dia:** -----

Um ponto um- **Apreciação e aprovação da Ata da reunião anterior.** -----

Um ponto dois- **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.**

Um ponto três- **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.** -----

Ponto dois- **Informação do presidente da Câmara Municipal** -----

Dois ponto um- **Atividade Municipal**-----

Dois ponto dois- **Propostas da Autarquia:** -----

Dois ponto dois ponto um- **Apreciação e votação do representante do Município de Pedrógão Grande no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte.** -----

Dois ponto dois ponto dois- **Apreciação e votação sobre a adesão à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais).** -----

Dois ponto dois ponto três- **Proposta de intenção para agregação regional dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Urbanos.** -----

Dois ponto dois ponto quatro- **Apreciação e eventual aprovação da Proposta “Incêndios 2017 – DL nº130/2017 de Edifícios Destruídos ou Gravemente Danificados em resultado da Catástrofe “.** -----

Dois ponto dois ponto cinco- **Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2017- (Decreto-Lei n.º 54/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Outubro e pelo Decreto - Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, que aprovou o POCAL, e Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro).** -----

Dois ponto dois ponto seis- **Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2017.** -----

Dois ponto dois ponto sete- **Apreciação e votação da Revisão Orçamental Nº02/2018.** -----

Dois ponto dois ponto oito- **Apreciação e votação da Proposta de alterações ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Pedrógão Grande.** -----

Dois ponto dois ponto nove- **Proposta de revogação da Deliberação de Câmara de 12 de abril de 2018 sobre a PEFICA (Associação de Municípios de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pampilhosa da Serra).** -----

Ponto cinco- **Período destinado à intervenção do Público.** -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. **Tomás Correia**, iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes. -----

De seguida procedeu-se à **tomada de posse** dos deputados **António Manuel Fernandes Carvalho, José Carlos Guia dos Santos, Fernando Gonçalo Silva Fernandes, Luís Filipe Jesus Correia e Ricardo Dionísio Antunes Mata Pereira**, que substituíram os membros efetivos **Rui Miguel Morgado Capitão, Luís Paulo Pereira Fernandes, Magda Sofia Alves David, José António Dinis Henriques, Luís Filipe Henrique Antunes**, respetivamente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, Dr. Tomás Correia, ordenou que se procedesse à assinatura do Livro de Ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Deputados Municipais:-----

António Tomás Correia; Fernando Manuel Fernandes Antunes; Joaquim Augusto Torres Simões Palheira; Ricardo Dionísio Antunes Mata Pereira; Carlos Manuel Simões Dias José; Ivo Fernando Pais Pereira; Nélia Maria Henriques Alves; Telmo Alexandre Ferreira dos Santos Gomes Alves; Joaquim Coelho Baeta Graça; Luis Manuel Piedade David; António Manuel Fernandes Carvalho; Paula Rita Paiva de Carvalho; José Carlos Guia dos Santos; Henrique Manuel Fernandes Leite; Fernando Gonçalo Silva Fernandes; Sandra Cristina Dinis Paiva; Carlos Fernandes do Jogo; Luís Filipe Jesus Correia.-----

Estiveram também presentes todos os **Vereadores do Executivo Municipal.** -----

Por sugestão do Senhor Presidente da Assembleia antes do ponto das Informações fez-se um minuto de silêncio por **José Manuel Pereira Barão**, como apreço e reconhecimento publico. -----

Um ponto um- Apreciação e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Apreciação da Ata anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade, com a abstenção dos deputados **Ricardo Pereira, António Carvalho, José Carlos Santos e Fernando Fernandes**, e com as alterações propostas pela deputada **Sandra Paiva**, referindo que, onde consta a sua intervenção apelando à reabilitação da zona envolvente às escolas na freguesia da Graça, deve constar “reabilitação da zona envolvente à Igreja Matriz.” -----

Um ponto dois- Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente;

O Senhor **Presidente da Assembleia** fez referência às celebrações do dia 25 de Abril, que contaram com a presença do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, salientando a importância da comemoração da data, fazendo um balanço das fundamentais conquistas, volvidos quarenta e quatro anos, tais como, a Autonomia do Poder Local, o Serviço Nacional de Saúde, com as suas demais valências e a massificação da Educação. Partilhou a sua consciência de que há ainda muito a fazer, e a conquistar, e que apesar de quarenta e quatro anos nos parecer muito tempo é de facto, muito pouco para o tanto que

há a alcançar. Apelou também à necessidade de se fazer mais todos os dias e enalteceu o nosso concelho, que, e apesar da tragédia dos incêndios (fruto de algum abandono do Governo ao longo do tempo), tem vindo a trabalhar para fixar emprego e pessoas, sendo hoje um local mais próximo de cidades e mais capaz de atrair jovens, num combate constante à desertificação. Afirmou que o 25 de abril foi comemorado no Município com uma sessão solene digna da celebração. Referiu-se ainda às restantes iniciativas, como a Caminhada Pelos Afetos, que se revelou positiva pela notória afluência em prol de uma causa nobre; o evento Ler é Viver Histórias a 28 de abril, comemorativo do Dia do Livro, a Corrida Pela Liberdade a 29, concluindo ter sido um momento de afirmação da atratividade do nosso concelho e da capacidade de unir pessoas em causas modernas. -----

Deu nota da correspondência recebida, tal como o primeiro seminário da ANAM e das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal. -----

Um ponto três- Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local -----

Antes de dar a palavra aos senhores deputados, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre algumas questões levantadas na última reunião e para, com as devidas reservas, se pronunciar sobre os acontecimentos referentes a três colaboradores da Câmara Municipal, sujeitos a eventual segredo de justiça. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** acedeu e referiu-se em primeiro lugar à questão que envolve os três colaboradores, sobre os quais corre processo-crime e ainda processo disciplinar a correr termos na Câmara Municipal, com as respetivas suspensões por três meses. Salvaguardando a privacidade dos funcionários e respeitando o segredo de justiça pediu compreensão pela parca informação e fez referência ao esforço dos que atualmente substituem os colaboradores nas suas funções. Em resposta às outras questões, as obras de reabilitação do Centro de Saúde e da Piscina estão a decorrer dentro dos prazos previstos e a sinalética do concelho já começou a ser colocada, prevendo-se a sua rápida conclusão. Terminou a sua intervenção respondendo ao ponto de situação das obras da Área de Localização Empresarial, cujos trabalhos de terraplenagem têm sido bem elaborados conforme atestam os estudos de compactação dos solos levados a cabo pela Universidade de Aveiro. -----

De seguida o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções dos presentes. -----

O deputado **Ivo Fernando Pais Pereira**, questionou a possibilidade de isenção do IMI, a posição da Assembleia Municipal perante esta questão e a legalidade do parecer jurídico apresentado, referindo estar “ferido de ilegalidade” ao não estar datado nem assinado, questionando assim, a competência de quem o elaborou pela carência destes dados. -----

O deputado **Joaquim Baeta** referiu que, volvidos dez meses após os incêndios na Rua António Santos, freguesia da Graça, uma habitação está em risco de derrocada, questionando a intervenção do Município.

Sugeri também a disponibilização no *site* da Câmara Municipal, das casas a serem reconstruídas e valores correspondentes. Por último, questionou sobre os prejuízos do Ribeiro Joanino, eventualmente decorrentes de derrocadas de terras provocadas pelas chuvas e pelos trabalhos nas obras da zona industrial. -----

O deputado **Luís Correia**, questionou sobre a colocação da sinalética, e sobre eventual projeto para a reabilitação do edifício da antiga escola da Aldeia das Freiras. -----

O deputado **Ricardo Pereira**, relativamente ao tema das cabelagens de comunicações e às queixas à ANACOM, questionou a autarquia sobre eventuais diligências no que se refere à acusação da ANACOM, a respeito da colocação dos postes alegadamente instalados sem autorização do Município e à problemática dos cabos aéreos, na zona histórica e na Avenida Sá Carneiro. -----

Abordando o tema da Educação, agradeceu à vice-Presidente o empenho no âmbito escolar e referiu as perdas de alunos verificadas no Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande no decorrer dos últimos anos, apelando à reflexão destes números. Sugeri a realização de um simulacro nas escolas e a criação do Conselho Municipal de Educação. -----

A deputada **Nélia Alves** referiu se ao dia e a hora agendados para esta Assembleia, pelo esforço acrescido em estar presente. Felicitou o executivo pelas comemorações do 25 de abril, demonstrando agrado na afluência de participantes que testemunhou na corrida pela Liberdade. Referindo-se ao assunto da isenção do IMI, considerando necessitar de mais informação para poder tomar uma decisão e portanto, solicitou que fossem pedidos outros pareceres, nomeadamente o da CCDR, o das Finanças e o do jurista avençado pela Câmara Municipal. Referindo-se ao processo-crime a decorrer aos três colaboradores do Município, referiu ser importante a transparência dos dinheiros doados pós incêndio, evitando assim confusão com o sucedido, questionando se todos os lesados pelos incêndios de 2017 já foram apoiados e também por quem e quando será feita a auditoria pós-inquérito. Por último, questionou quem tem representado a Câmara Municipal nas reuniões da ETPZP. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Henrique Leite** com menção à prestação do Município na construção de infraestruturas importantes não descorando a população, mencionou assim a importância dos eventos culturais já decorridos e referiu que, comparando com outros Municípios revelaram ser uma resposta social muito mais célere numa época de demais desafios. -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, senhor **Valdemar Alves** que, começou por responder às questões levantadas sobre a isenção do IMI, referindo que, a posição do Executivo se mantém uma vez que confia nas competências do Jurista que redigiu o parecer jurídico respeitante, não tendo razões para o contrário. Respondendo ao deputado Joaquim Baeta, informou que estão a ser feitas as devidas diligências por parte da Autarquia, nomeadamente com

as respetivas notificações, para que, dentro dos trâmites legais, seja feita a respetiva demolição, visto ser uma questão sensível dado o elevado número de herdeiros e as suas implicações legais. Quanto à publicação no site da Câmara Municipal das habitações reconstruídas e respetivos valores, O Sr. Presidente da Câmara respondeu haver três tipos de reconstruções: as de primeira habitação, de segunda habitação, e os barracões agrícolas. Referiu que, quanto à reconstrução das primeiras habitações a Autarquia tem dado apenas o apoio logístico necessário, sendo o poder decisivo da competência da CCDR. Relativamente às segundas habitações, esclareceu que, tem sido uma problemática analisada pelo REVITA, entidade da CCDR, e que para além da linha de crédito especial que o Governo pretende abrir para estas situações, o executivo tem feito pressão juntos das entidades para que mais apoios sejam disponibilizados. Mencionou o facto de parte dos donativos terem sido doados a entidades privadas e não ao estado, e dado que, após os incêndios no nosso concelho, outras zonas foram afetadas em outubro de 2017, tem condicionado o Governo de prestar todo o apoio que necessitávamos para fazer face a todas estas situações. Referiu também que todo o esforço foi feito pelo gabinete de crise e pela autarquia para que o processo de reconstrução das primeiras habitações fosse célere e o apoio imediato, tendo esse esforço permitido que este verão essas habitações estejam concluídas, algo que não aconteceu em muitos outros concelhos afetados. Quanto aos barracões, referiu que a Câmara Municipal detém uma conta solidária, que se prevê poder ajudar na reconstrução dos barracões agrícolas dos residentes, no entanto, tal obriga ao levantamento exaustivo dos barracões a reconstruir e de mais apoio monetário que se tem procurado canalizar. Em resposta à situação do Ribeiro Joanino, o Sr. Presidente referiu que as derrocadas que causaram os danos, não foram consequência das obras na área de localização empresarial, mas sim da rede de águas, situação essa, já sinalizada e onde já está prevista a intervenção, bem como o respetivo investimento. -----

Em resposta ao deputado Luís Correia, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, a colocação da sinalética no concelho teve início a 23 de março, prevendo-se a sua conclusão em setembro. Informou também que a obra de reabilitação da antiga escola da aldeia das freiras já foi adjudicada. -----

Respondendo ao deputado Ricardo Pereira, O Sr. Presidente da Câmara, agradeceu a intervenção e visto as respostas terem sido solicitadas por escrito irão posteriormente ser respondidas. -----

Respondendo à deputada Nélia Alves, referiu que já foi publicada a lista de donativos em dinheiro da conta do BPI, garantindo a sua total transparência, salientando que todos os montantes doados estão salvaguardados, não tendo qualquer relação com o processo-crime dos três colaboradores. Informou que a auditoria será realizada por uma empresa certificada e ainda sem data definida. Por último informou que a vice-presidente tem sido a representante do município na ETPZP. -----

De seguida tomou a palavra o Sr. **Presidente da Assembleia**, que referiu não ter sido possível convocar nem realizar a reunião mais cedo uma vez que, foi prioritária a finalização das contas e cumpridas essas obrigações, o que exigiu mais tempo e esforço dadas as situações extraordinárias entretanto ocorridas nos funcionários habitualmente com essas funções. -----

A deputada **Nélia Alves** referiu não ter sido posto em causa o conteúdo do parecer jurídico apresentado, mas sim que cada jurista tem o seu próprio parecer, lamentando a falta de legislação do governo nessa matéria, dada a importância da questão. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** lembrou que é aos órgãos legislativos que cabe legislar, e que o papel da assembleia municipal não é esse, portanto apenas podem decidir dentro das suas competências. -----

O deputado **Ivo Pereira** questionou o facto de o parecer ser direto e objetivo, não permitindo à assembleia deliberar positivamente a isenção do IMI aos municípios. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que o Sr. Ivo Pereira não esteve nas reuniões anteriores onde o assunto foi debatido, mas assume a responsabilidade das decisões da Assembleia serem legais, e, portanto, refere que a isenção do IMI, do parcial que cabe ao município já foi aprovada, e que o parcial que cabe o governo não cabe ao município decidir e isentar, mas sim ao Governo. Perante isso, e visto já ter feito as devidas diligências juntos das diversas entidades, para averiguar a legalidade de tal deliberação, referiu que não compete a assembleia municipal isentar algo para o qual legalmente não tem autonomia. -----

A deputada **Nélia Alves** referiu que concorda que a posição da assembleia seja de acordo com a legalidade da situação, demonstrou, no entanto, que necessitava de mais informação para deliberar. -----

O deputado **António Manuel**, questionou a nova área industrial na Mó Grande. -----

A deputada **Nélia Alves**, questionou a loja do cidadão, sua localização e que serviços contempla. Questionou também quais os prazos de finalização da nova área de localização empresarial e quais as empresas interessadas. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu, que a obra referida na Mó Grande, é uma fábrica apoiada pelos fundos europeus ao suíço Markus Bosch. -----

Em resposta a deputada Nélia Alves, o Sr. Presidente da Câmara, informou que a loja do cidadão vai ser instalada no edifício das finanças, modernizada e mais acessíveis, inclusive não obrigando ao uso das atuais escadas. -----

Para finalizar o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que todos os serviços municipais se vão manter nas instalações da Câmara Municipal, não havendo qualquer alteração dos serviços afetos ao Município. -----

Ponto dois- Informação do presidente da Câmara Municipal -----

Dois, ponto um- Atividade Municipal -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que expôs a atividade municipal, sobre a qual não houve qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia, passando-se assim ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Ponto dois, ponto dois – Propostas da Autarquia. -----

Dois ponto dois, ponto um - Apreciação e votação do representante do Município de Pedrógão Grande no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte. -----

A este propósito a mesa propôs como representante Margarida Guedes, proposta colocada a votação, por voto secreto, foi aprovada por maioria. -----

Dois ponto dois, ponto dois- Apreciação e votação sobre a adesão à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais). -----

O Sr. Presidente da Assembleia leu os estatutos da ANAM, explicando que a sua constituição é da iniciativa de um conjunto de Municípios do Nordeste, em muito semelhante à já existente ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses, da qual o Município de Pedrógão Grande faz parte, pelo que é da opinião que não faz sentido aderir a esta Associação, pois não se apresenta como mais valiosa. O primeiro secretário da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Antunes, referiu que esteve presente na reunião da ANAM, no dia 3 de março, e que de facto, não vê diferença entre a Associação Nacional de Municípios e a ANAM, portanto partilha da mesma opinião. Foi ainda referido que as Câmaras aderentes, foram nove da zona do Nordeste, três da Beira Litoral, uma dos Açores e uma de Lisboa, não tendo conhecimento de nenhuma Autarquia do distrito de Leiria nem da Zona Pinhal Interior terem aderido. ----

O deputado **Ricardo Pereira**, questionou se os Municípios vizinhos pretendem aderir, pergunta à qual o Sr. Primeiro Secretário, respondeu não ter conhecimento. Nesta altura do debate a Sra. Deputada **Nélia Alves**, pediu um tempo de intervalo para debater com os restantes deputados da sua bancada a posição respeitante a esta deliberação, pelo que foi estipulado fazer um intervalo de três minutos. -----

Após o intervalo, foi votada a proposta de **não adesão à ANAM**, tendo sido aprovada por unanimidade. ---

Dois ponto dois ponto três- Proposta de intenção para agregação regional dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Urbanos. -----

A mesa apresentou um documento de proposta de intenção de aderir à agregação regional dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Urbanos, num consórcio de quatorze Municípios. Foi esclarecido que esta intenção, é para já apenas referente à realização de um estudo acerca das vantagens em agregar os municípios, e dos trâmites em que o consórcio poderá vir a existir. A proposta de intenção de adesão foi aprovada por unanimidade. -----

Dois ponto dois ponto quatro- Apreciação e eventual aprovação da Proposta “Incêndios 2017 – DL nº130/2017 de Edifícios Destruídos ou Gravemente Danificados em resultado da Catástrofe “. -----

A proposta “Incêndios 2017 – DL nº130/2017 de Edifícios Destruídos ou Gravemente Danificados em resultado da Catástrofe” foi aprovada por unanimidade. -----

Dois ponto dois ponto cinco- Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2017- (Decreto-Lei n.º 54/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Outubro e pelo Decreto - Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, que aprovou o POCAL, e Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro). -----

A respeito dos documentos de Prestação de Contas Relativas ao ano financeiro de 2017, o deputado **Ricardo Pereira** questionou de onde provêm as receitas extraordinárias e mostrou-se preocupado com os encargos dos recursos humanos e com o futuro económico do Município. Questionou também quanto aos apoios aos eventos das 7 maravilhas e do Pedrógão Grande Natal. -----

A deputada **Nélia Alves** referiu que a rubrica do “inventário dos bens do domínio público” não está clarificada bem como a dos “subsídios de investimento”. -----

O Sr. Presidente da Câmara em resposta à deputada Nélia Alves, esclareceu que mesmo pressionados os antigos funcionários nunca aceitaram clarificar essa questão, no entanto, irão encetar esforços para que no próximo ano, se tenha uma resposta mais clara, talvez recorrendo para tal a uma empresa privada. ----

Em resposta ao deputado Ricardo Pereira, o Sr. Presidente deu a palavra à técnica de contabilidade Dra. Sandra Martins que esclareceu. Quanto aos eventos em questão o Sr. Presidente clarificou que são candidaturas já aprovadas, comparticipadas a 90% pelo Turismo de Portugal. -----

Os documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2017, foram aprovados por maioria, constando em anexo a esta ata a declaração de voto dos deputados do PSD. -----

Dois ponto dois, ponto seis- Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2017. -----

A proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2017 foi aprovada por maioria. -----

Dois ponto dois, ponto sete- Apreciação e votação da Revisão Orçamental Nº02/2018. -----

Após esclarecimentos e leitura da deliberação da reunião de 24 de abril foi aprovada por maioria. -----

Dois ponto dois ponto oito- Apreciação e votação da Proposta de alterações ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Pedrógão Grande. -----

A mesa esclareceu que estas alterações estão de acordo com os regulamentos aplicáveis e com a possibilidade de mobilidade de pessoal. A deputada Nélia Alves mostrou-se preocupada com o incremento na despesa dos recursos humanos. A Vice-Presidente com o consentimento do Sr. Presidente da Assembleia, esclareceu que não houve um aumento do número de recursos humanos, tendo havido até uma diminuição de colaboradores. No entanto, há algumas solicitações de mobilidade interna que por questões de justiça profissional e possibilidade legal, podem os mesmos ser posicionados no lugar e funções que lhes competem. Foi assim aprovada por unanimidade as alterações ao mapa de pessoal. -----

Dois ponto dois, ponto nove- Proposta de revogação da Deliberação de Câmara de 12 de abril de 2018 sobre a PEFICA (Associação de Municípios de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pampilhosa da Serra). -----

Foi aprovada por unanimidade a revogação da Deliberação de Câmara de 12 de abril de 2018 sobre a PEFICA. -----

Ponto cinco- Período destinado à intervenção do Público. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. **Luís Cunha** que congratulou o município pelo 44º aniversário do 25 de abril e, lendo um texto a respeito da data. De seguida reclamou do cheiro dos caixotes de lixo que estão colocados próximos ao monumento da Igreja Matriz, sugeriu que se fizesse um parque e estação de serviço para autocaravanas no Concelho, alertou para a estrada da Sentada do monte da Areia que está em mau estado e da ponte Filipina que não devia ter permissão de travessia de carros, tendo por último referido que a Igreja Matriz devia ser alvo de intervenção e restauro. -----

Tomou seguidamente a palavra o Dr. **Aires Henriques**, que enquanto produtor florestal reclamou da falta de resposta dos apoios do estado aos prejuízos florestais ocorridos com os incêndios de 2017, declarou estar preocupado com o futuro da floresta nesta região e indignado pela falta de respostas e de informações por parte do Governo. -----

Reclamou também ter sido vítima de um processo referente a um corte de estrada para construção indevida no Vale do Barco. -----

Alertou para a necessidade de limpeza da estrada da Mega Fundeira, no Açude e para o facto do acesso a essa zona ribeirinha estar cortado. Por último, deixou um louvor ao Executivo Camarário que abriu a estrada no caminho do Migacho, pelo Penedo Rachado, referindo que se trata de um importante monumento geológico, agora acessível, e ressaltou a importância de Pedrógão grande pertencer à Rede dos Castelos e Muralhas como ponto dinamizador de turismo. -----

Encerrando a reunião o Presidente da Assembleia sugeriu que a próxima reunião de Assembleia em junho se realize em Graça, com uma visita prévia ao território, num sábado e sob convite. -----

Aprovada a ata em minuta, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião de Assembleia, pelas vinte e três horas, que depois de lida será assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(António Tomás Correia)

O Primeiro Secretário

(Fernando Manuel Fernandes Antunes)

Segundo Secretário

(Joaquim Augusto Torres Simões Palheira)